

‘Cidade’ e ‘População’ – reflexões sobre uma relação complexa

José Costa D’Assunção Barros¹

Cidade e População envolvem noções que guardam relações bastante complexas já desde os tempos do surgimento das primeiras grandes civilizações, quando a humanidade conheceu esse processo a que alguns autores se referem como “revolução urbana”. Desde então, e até os dias de hoje, uma primeira dimensão que imediatamente ressalta quando são examinadas as cidades é precisamente o aspecto populacional. Toda cidade parece impactar os seus contemporâneos, de fato, como um aglomerado humano de densidade bastante considerável. Por outro lado, seria preciso lembrar, os limites demográficos que definiriam uma formação urbana como “cidade” estariam sujeitos a variações históricas ou mesmo intersubjetivas.

Assim, na Antigüidade Grega, o filósofo Aristóteles já idealizava para uma cidade um efetivo populacional ideal de no máximo cinco mil cidadãos (excluindo as mulheres e escravos que também a habitariam). Trata-se de certo de uma crítica àquilo que lhe parecia ser uma excessiva população urbana para a cidade de Atenas, que no tempo de Péricles havia chegado a possuir 40.000 cidadãos. Roma, alguns séculos depois, atingiria um milhão de habitantes, o que faria da Atenas clássica uma cidade comparativamente pequena. Mas em compensação a antiga capital do Império Romano teria a

¹ Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1999), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1994), graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), graduação em Música (Composição Musical) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). Atualmente é professor titular da Universidade Severino Sombra (Vassouras, RJ) e professor titular do Conservatório Brasileiro de Música - Centro Universitário (Rio de Janeiro).

sua população reduzida a menos de cem mil habitantes no período medieval. Este período conhece portanto um rebaixamento no limiar populacional urbano: lugares com dois ou três mil habitantes tenderiam a receber o *status* de “cidade” conforme estes novos parâmetros. Tudo isto vem nos mostrar simultaneamente a importância e a relatividade do aspecto populacional para uma caracterização da Cidade enquanto tal. Ressalvada a necessidade de se considerar a relatividade histórica de toda indicação numérica, deve-se notar que a dimensão populacional constituiu precisamente o primeiro foco de atenções para os modernos estudiosos do fenômeno urbano – tanto no que se refere ao quantitativo como ao qualitativo humano. Assim, a definição de cidade proposta em 1938 por Louis Wirth², sociólogo vinculado à célebre Escola de Chicago, está muito claramente construída em torno do *fator populacional*. Não se trata, contudo de considerar aqui um fator populacional reduzido a um aspecto meramente demográfico, mas, sim, de um fator populacional que se reconhece estar associado a determinadas especificidades e que traz consigo a imposição de um determinado modo de vida. Para retomar as palavras de Wirth³, a cidade seria “um aglomerado permanente, relativamente grande e denso, de indivíduos socialmente heterogêneos”. Desta forma, a “urbanidade” – um conceito novo a ser elaborado no seio das ciências humanas e sociais – deveria ser entendida como um conjunto de instituições e atitudes sociais que seria encontrado sempre que as pessoas se estabelecessem em grandes agrupamentos permanentes, densos e heterogêneos. A relação entre a espacialidade urbana e a densidade e heterogeneidade humana que habita a Cidade, postula-se, aqui, corresponde a um certo modo de vida, a uma formação social específica, ou mesmo a um novo tipo de ser

²WIRTH, Louis. “O Urbanismo como modo de vida” In *American Journal of Sociology*, vol.44, 1938, p.1-24.

³ WIRTH, Louis In REISS, A. J. (org.) *Louis Wirth on Cities and Social Life*, Chicago: Chicago University Press, 1964, p.66. O artigo em referência, intitulado “O Urbanismo como modo de vida”, foi publicado originalmente em *American Journal of Sociology*, vol.44, 1938, p.1-24. Em português, foi publicado em VELHO, Otávio G., (org.), *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

humano, com características específicas que o singularizariam quando em contraste com a vida dispersa dos campos ou de outros *habitats* humanos. A Cidade, enfim, começa a ser pensada aqui como uma totalidade social dotada de características bastante específicas. Naturalmente que, consoante os critérios simplificados propostos por Wirth, a linha divisória entre aldeia e cidade arrisca a tornar-se por demais arbitrária. Em vista disto, alguns autores reformularam posteriormente a definição esquemática de cidade proposta por Wirth, acrescentando entre outras especificidades a condição de que também uma proporção significativa da população ativa estivesse dedicada a ocupações não-agrícolas⁴. Por outro lado, Peter Mann⁵ aprofundou uma advertência que já havia sido feita pelo próprio Wirth, e ressaltou mais claramente que a influência de uma conurbação intensificadora de trocas, ou, ao contrário, uma posição mais isolada da cidade em relação ao seu meio externo e às demais cidades coexistentes, poderia determinar um maior ou menor grau de urbanização. Os estudos de Mann o levaram a concluir que os residentes de certas cidades menores, menos densas e mais homogêneas, ao contrário do esperado, poderiam ser eventualmente mais suscetíveis de manifestar os padrões de comportamento que Wirth considerava urbanos – notadamente sob a influência de conurbações que intensificassem a dinâmica urbana. Assim, nenhuma análise satisfatória da cidade deveria ignorar a sua posição em relação à área circundante. Diversas críticas foram feitas às proposições de Wirth, notadamente no que concerne à sua busca de padrões

⁴ Marcel Roncayolo, por exemplo, em seu verbete “Cidade” para a Enciclopédia Einaudi, assim resume a questão: “A noção de cidade implica a aglomeração de toda uma população, ou seja, a concentração do *habitat* e das atividades. Atividades que se distingam da exploração direta do solo, uma vez que conduzem à especialização de tarefas, e contribuem sobretudo para as trocas e a organização da sociedade; teremos assim um tipo de vida ou formas especiais de sociabilidade; uma arrumação dos espaços e dos serviços urbanos que implica em uma organização coletiva” (RONCAYOLO, “M. Cidade” in *Enciclopedia Einaudi*. v.8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986. p.397).

⁵ MANN, P. H. *An Approach to Urban Sociology*. New York: Routledge & Kegan Paul, 1965, p.105-196.

comuns de comportamento aos quais estariam sujeitos todos os cidadãos. Se, conforme o próprio Wirth salientara, o efetivo populacional cidadão é necessariamente heterogêneo, o projeto de estabelecer uma caracteriologia demasiado esquemática do homem urbano poderia se chocar, precisamente, com a diversidade humana que a cidade abarca. A esta questão voltaremos ao mencionar o problema das culturas e subculturas urbanas. De qualquer maneira, o conjunto das formulações teóricas de Wirth e de outros estudiosos da primeira metade do século chama atenção para alguns aspectos fundamentais: a Cidade implica necessariamente em um determinado *efetivo populacional*, com determinadas características de *densidade e heterogeneidade*, mas associado a uma *localização permanente* em um espaço cujas especificidades devem ser consideradas. Esta ‘dimensão populacional’, examinada em suas múltiplas especificidades, deve ser, portanto, um fator de primeira ordem para a análise do fenômeno urbano. Diante da importância do fator populacional para uma definição de urbanidade, não é de se estranhar que os estudos do fenômeno urbano tenham andado a par com os progressos no campo da Demografia. Da mesma forma, a constituição de uma História Demográfica nas proximidades de 1950, graças à emergência de pesquisas e métodos específicos como aqueles de Meuvret, Henry, Fleury e Goubert⁶, contribuiu sobremaneira para a emergência de uma Nova História Urbana, permitindo inclusive uma verdadeira eclosão de estudos regionais e de cidades específicas. No âmbito da Cidade Medieval, apenas para dar um exemplo de Cidade relativa a um período histórico, são fundamentais os estudos de demografia proporcionados por Josiah Russell, que possui inclusive um estudo específico sobre a população nas cidades medievais⁷. Enfim, a importância da

⁶ O primeiro manual para procedimentos em demografia histórica seria publicado em 1965 (HENRY, Louis e FLEURY, Michel. *Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris : INED, 1965).

⁷ RUSSELL, J. C. *Medieval Regions and their Cities*, Newton Abbot: Daved & Charles, 1972; RUSSELL, J. C. “Population in Europe” in CIPOLLA, Carlo M. ed., *The Fontana Economic History of Europe*, Vol. I: The Middle Ages, (Glasgow: Collins/Fontana, 1972), 25-71; RUSSELL, J. C. *Late*

dimensão demográfica é uma primeira instância a ser considerada em qualquer tentativa de caracterização ou definição da Cidade, e por isso a maioria dos autores parte geralmente do quantitativo / qualitativo populacional para se aproximar de uma compreensão inicial do fenômeno urbano. A Cidade, assim, é sempre um povoado de proporções consideráveis. Mas, tal como se disse, isto ainda nada significaria se não se vai em busca das especificidades deste povoado, dos grupos em que este povoado se organiza, das atividades que eles desempenham.

Vale lembrar, com Max Weber, que na Rússia moderna há aldeias com vários milhares de habitantes que são maiores do que cidades antigas que contam com apenas algumas centenas de habitantes⁸. Daí que o sociólogo alemão, ao elaborar sistematicamente uma definição que pudesse corresponder ao tipo ideal de Cidade, buscou primeiro dar a perceber que este “povoado” que seria a cidade organiza-se habitualmente como um assentamento de casas contíguas onde, dada a sua extensão, tem-se uma formação social tal que falta o conhecimento mútuo dos habitantes (como ocorreria em uma mera associação de vizinhos)⁹. Mas como aqui a definição não ajudaria ainda a distinguir as cidades propriamente ditas das aldeias gigantes, onde este conhecimento recíproco mais amplo também pode não existir, Weber logo avança no empreendimento de compreensão de outras dimensões multifatoriais que definiriam a Cidade, encontrando nos aspectos econômicos uma primeira dimensão importante para a definição da especificidade urbana. Mas aqui já transcenderíamos a questão mais imediata das relações entre *Cidade e População*. O estudo das relações entre Cidade e População leva, em um segundo momento, a indagarmos

Ancient and Medieval Population. Transactions of. the American Philosophical Society, Vol. 48. Filadélfia: 1958.

⁸ WEBER, Max. “Conceito e categorias da cidade” In *Economia e Sociedade*, Brasília: UNB, 1999, p.409 [original: 1925].

⁹ Note-se que esta caracterização amolda-se muito mais facilmente às cidades modernas, já que em cidades antigas de pequenas dimensões este conhecimento recíproco de seus habitantes poderia ser bem maior. De qualquer modo, nunca na mesma medida de um pequeno assentamento.

que tipo de ser humano habita a cidade. Haverá um conjunto de traços em comum entre os vários indivíduos que compõem a população urbana? Em que se distingue esta população urbana, no que se refere à caracterização do seu indivíduo médio, da população rural ou de outros tipos de *habitats* humanos? Caso seja possível falar em uma caracteriologia do habitante urbano, como tem se transformado e se desenvolvido na historicidade este conjunto de características? Eis aqui algumas indagações que se colocam de imediato para aqueles que se dispõem a examinar as relações entre a Cidade enquanto forma específica de organização social e a humanidade que a habita. Na história da sociologia urbana, foi com Simmel que pela primeira vez alguém se arriscou de forma direta a tentar elaborar uma ‘caracteriologia do homem da metrópole’, com todas as limitações que uma empresa com este nível de generalização costuma acarretar¹⁰. Depois de estabelecer um vínculo entre a economia monetária e a atitude intelectualista do homem urbano, que o leva a uma orientação pragmática no tratamento dos homens e das coisas¹¹, Simmel é levado a destacar no homem citadino o traço fundamental da ‘indiferença’ para com o seu semelhante, ao mesmo tempo em que este mesmo homem citadino vive sob o signo de uma elevada “mobilidade social”. A partir de Simmel, diversos estudiosos do psiquismo citadino passaram a considerar a “mobilidade psíquica” como o “principal fator característico da estrutura socio-psicológica urbana”¹². Devido à imensa multiplicidade e variedade de relações sociais a que está sujeito o homem metropolitano, produzir-se-ia nele um “alto grau de excitabilidade” que, não obstante, geraria por um lado a “indiferença” antes estudada por Simmel, e por outro lado o fenômeno do “homem heterodirigido” solicitado pelas

¹⁰ SIMMEL, George *Metrópole e Vida Mental* (“Die Grosstädte und das Geistesleben” In *Jahrbücher der Gehestiftung* IX. Berlim, 1902). Citado a partir da publicação italiana “Metropoli e personalità” In ELIA, G. F. *Sociologia Urbana*, Milão: 1971. “Metrópole e Vida Mental” passa por ser o primeiro estudo sobre psicologia urbana.

¹¹ SIMMEL, op.cit., p.448.

¹² SOROKIN, P. e ZIMMERMAN, C. *Principles of Rural-Urban Sociology*. New York: Routledge, 1929.

necessidades generalizadas que são canalizadas pelos meios de comunicação de massas. Com respeito à “mobilidade psíquica” característica do homem citadino, Sorokin é autor da conhecida metáfora que compara a estrutura social rural à água parada contida em um recipiente frio, e a estrutura social urbana ao movimento da água em ebulição¹³. Esta metáfora introduz-nos em um novo parâmetro de análise. Normalmente, é preciso pensar o homem urbano por contraste com o homem rural. Wirth já fizera notar, em seu famoso artigo de 1938 – “O Urbanismo como modo de vida” – a oportunidade deste tratamento comparativo:

a cidade e o campo podem ser considerados como dois pólos de referência mútua pelos quais todos os agregados humanos tendem a ordenar-se. Considerando a sociedade urbano-industrial e a rural-camponesa como tipos ideais de comunidades, podemos criar um ponto de vista para a análise dos modelos fundamentais de associações humanas, tal como aparecem nas sociedades contemporâneas¹⁴.

É também a partir desta dicotomia, embora tratada inteiramente dentro do campo da psicologia, que Helpach constrói a sua caracteriologia do homem metropolitano, traçando um paralelo entre as ‘formas de urbanidade’ e as ‘formas de cultura rural’:

O homem da cidade, diferentemente do habitante da pequena cidade ou da aldeia, vive num ritmo acelerado em todos os setores da vida, deve utilizar todos os instantes, controlar todos os minutos, compreender, decidir, modificar as decisões com extrema rapidez, sem o que, não chegaria ao fim do seu dia¹⁵

Mesmo Marx e Engels já haviam analisado a produção destas duas realidades dicotomizadas (cidade e campo) como um processo alienante, que derivaria a princípio da divisão social do trabalho. Desta forma, “a oposição entre cidade e campo é a mais crassa expressão da submissão do indivíduo à

¹³ Id, *ibid*.

¹⁴ WIRTH, Louis. “O Urbanismo como modo de vida” In *American Journal of Sociology*. vol.44. 1938. p.1-24.

¹⁵ HELLPACH, W. *L'uomo della metropoli*, Milão: Comunità, 1966.

divisão do trabalho, sob determinada atividade que lhe é imposta: subsunção que limita um ao estado animal urbano, o outro ao de animal rural, e renova quotidianamente o dissídio entre os seus interesses”¹⁶. O próprio Engels é autor de um quadro alarmante da psicologia do cidadão moderno, que já se antecipava mesmo a Simmel na identificação da “indiferença” como um traço essencial da psicologia do metropolitano moderno:

Atropelam-se apressadamente como se não tivessem nada em comum, nada para fazer uns com os outros, e entre eles existe apenas o acordo tácito pelo qual cada um vai na parte do passeio à sua direita para que as duas correntes da multidão, que se precipitam em direções opostas, não lhe interrompam, por seu turno, o caminho; e, todavia, nenhum se digna a olhar para os outros. A brutal *indiferença*, o insensível isolamento de cada um no seu interesse pessoal ressalta de forma tanto mais repugnante e ofensiva quanto maior é o número destes indivíduos singulares que estão concentrados em um espaço restrito; e ainda que saibamos que este isolamento do indivíduo, este estreito egoísmo é em toda a parte o princípio fundamental da sociedade de hoje, em nenhum lugar, porém, ele se revela de forma tão aberta, tão consciente como aqui, na multidão da grande cidade¹⁷.

Cada vez mais este quadro tem se mostrado realista em relação às cidades modernas, sobretudo nas metrópoles mais populosas. Seria a hora, contudo, de perguntar: será adequado um quadro de caracterizações como este para todos os tipos de formações urbanas, e para todos os períodos históricos? Ou teriam outros períodos históricos revelado modelos diversificados para a cultura urbana – com a Cidade Antiga, a Cidade Medieval ou a Cidade do início da modernidade apresentado cada qual uma caracteriologia própria para o seu cidadão? A importância desta pergunta está mais no

¹⁶ MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.78.

¹⁷ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo: Global, 1985, p.53. Helpach, por outro lado, também descreve os modernos metropolitanos como “tão próximos exteriormente e tão afastados interiormente” (HELPACH. *op.cit.* p.126-137).

questionamento levantado do que nas possíveis respostas, pois ela significa perguntar se as cidades modernas terão de ser sempre assim, ou se um dia poderá ser superado um padrão de comportamento urbano que nem sempre tem sido examinado de maneira muito otimista. Alguns historiadores têm se empenhado na direção de definir uma caracteriologia do cidadão de outros períodos históricos, tal como Simmel ou Wirth se esforçaram em fazer com relação ao cidadão moderno. Por ora, citaremos apenas o artigo de Jacques Rossiaud, intitulado “O Cidadão e a vida na Cidade”¹⁸, no qual ele destaca três características essenciais do cidadão medieval. Em primeiro lugar, a *convivência obrigatória* imposta a todos os cidadãos, que gera normas de convivência desconhecidas na aldeia. Em segundo lugar, o *uso diário do dinheiro*. Por fim, pelo menos para um setor importante de população urbana medieval, a produção de uma *abertura obrigatória ao mundo*. Pode-se notar que, embora Rossiaud afirme acertadamente que “cada período da história tem o seu tipo de cidadão”, o conjunto destas características não contrasta radicalmente com a ‘convivência obrigatória’ assinalada por Simmel e Engels para a cidade moderna, embora neste último caso seja uma convivência obrigatória que sofre o insuportável paradoxo de uma *indiferença* potencializada; da mesma forma, o ‘uso diário do dinheiro’ que se prefigura no cidadão medieval de Rossiaud, e que teria sido uma novidade para o homem feudal, já foi assimilado ao infinito nas cidades modernas; e, por fim, a ‘abertura obrigatória para o mundo’ já não é mais apanágio de um setor de cidadãos medievais, mas uma dimensão inseparável da vida de *todos* os cidadãos contemporâneos aos poderosos meios de comunicação de massa, tal como se verifica no “homem heterodirigido” de Sorokin e Zimmerman. Com relação ao cidadão de períodos anteriores, como a Idade Média ou a Antigüidade, é preciso buscar também contrastes em relação ao habitante das cidades contemporâneas. Por ora, fiquemos com a observação de que este “individualismo” do cidadão moderno, que tanto alarme traz a alguns dos estudiosos da

¹⁸ ROSSIAUD, Jacques. “O Cidadão e a Vida na Cidade” In Jacques LE GOFF, (org.), *O Homem Medieval*, Lisboa: Presença, 1989, p.99-122.

cidade contemporânea, não pode ser integralmente importado para as cidades pré-modernas. Já vimos que João de Salisbury, parisiense da Idade Média, clamava no seu *Policraticus* por cidadãos que ocupassem a sua função orgânica no corpo citadino. E não seria demais citar Xenofontes para a Atenas da Antigüidade, na sua opinião de que a experiência da vida de cidadão consistia fundamentalmente em “participar juntos das cerimônias ... do culto, dançar nos mesmos coros, freqüentar as mesmas escolas, servir nas mesmas fileiras”¹⁹. Ou, para utilizar uma feliz expressão de Nicole Loraux, “o hábito da comunidade”²⁰.

Já nem nos interrogaremos, por hora, acerca da caracteriologia do homem citadino em formações urbanas típicas de sociedades diferenciadas da civilização ocidental. Que poderia ser dito, por exemplo, acerca da caracteriologia geral do habitante de uma metrópole da Índia moderna, ou de uma cidade do seu interior? Da mesma forma, quão diferentes se mostram as cidades ocidentais da Idade Média das cidades islâmicas do mesmo período?²¹. Eis aqui novas diversidades e complexidades que se abrem para o exame historiográfico.

Cidade e População, e, no interior desta relação, o exame de cada tipo de cidade e da massa populacional que vive nesta cidade enquanto uma forma específica de organização social ... eis aqui uma relação que se apresenta necessariamente carregada de historicidade, de ambigüidades, de complexidades várias que se abrem para os mais diversificados estudos no campo da História e das Ciências Humanas²².

¹⁹ XENOFONTE, *Helênicos*, II, 4, 20 (apud LORAUX, N. *A Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994, p.341).

²⁰ N. LORAUX, *A Invenção de Atenas*, op.cit.p.341.

²¹ PLANHOL, X de *Les fondements géographiques de l'histoire de l'Islam*, Paris: Flammarion, 1968, p.49.

²² Desenvolvimentos mais aprofundados dos temas discutidos neste artigo poderão ser encontrados no livro recentemente publicado pelo autor sobre o assunto (BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007). O presente texto abordou em especial questões pertinentes a um dos capítulos da obra (“O Fator População”, p.53-58), tratando-se de um recorte do conteúdo do livro de modo a sintetizar as relações entre “população” e “cidade”.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- HELLPACH, W. *L'uomo della metropoli*. Milão: Comunità, 1966.
- HENRY, Louis e FLEURY, Michel. *Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancién*. Paris : INED, 1965.
- HENRY, Louis. *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- LORAUX, N. *A Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.
- MANN, P. H. *An Approach to Urban Sociology*. New York: Routledge & Kegan Paul, 1965, p.105-196.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PLANHOL, X de *Les fondements geographiques de l'histoire de l'Islam*. Paris: Flammarion, 1968.
- REISS, A. J. (org.) *Louis Wirth on Cities and Social Life*. Chicago: Chicago University Press, 1964.
- RONCAYOLO, Marcel. "Cidade", "Região", "Território" In *Enciclopedia Einaudi*. vol.8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- ROSSIAUD, Jacques. "O cidadão e a vida na Cidade" In LE GOFF, Jacques (org.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1990. p.99-122.
- RUSSELL, J. C. *Medieval Regions and their Cities*. Newton Abbot: Daved & Charles, 1972.
- _____. *Late Ancient and Medieval Population*. Transactions of the American Philosophical Society, Vol. 48. Filadélfia: 1958.
- _____. "Population in Europe" in CIPOLLA, Carlo M. ed., *The Fontana Economic History of Europe*. Vol. I: The Middle Ages, (Glasgow : Collins/Fontana, 1972), 25-71.
- SOROKIN, P. e ZIMMERMAN, C. *Principles of Rural-Urban Sociology*. New York: Routledge, 1929.
- SIMMEL, George. "Metropoli e personalità" in ELIA, G. F. *Sociologia Urbana*. Milão: 1971.
- WEBER, Max. "Conceito e categorias da cidade" In *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1999.
- WIRTH, Louis. "O Urbanismo como modo de vida" in Otávio G. VELHO, (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988 [WIRTH, Louis. "O Urbanismo como modo de vida" In *American Journal of Sociology*. vol.44. 1938. p.1-24].

‘Cidade’ e ‘População’ – reflexões sobre uma relação complexa

José Costa D’Assunção Barros

Resumo: Este artigo busca desenvolver uma reflexão acerca das perspectivas que têm considerado as relações entre Cidade e População. Parte-se de uma discussão acerca da relatividade e historicidade dos limiares de densidade demográfica que poderiam estar caracterizando a Cidade como uma forma específica de organização social. Em seguida, são discutidos aspectos diversos, inclusive a possibilidade de que se possa falar em uma caracteriologia generalizável para o homem cidadão.

Palavras-chave: cidade; população urbana; comportamento urbano.

Abstract: This article attempts to develop a reflection about the various perspectives that have been considered in the relationship between City and Population. In the first moment the discussion concerns the understanding of the relativity and historicity of the thresholds of demographic density that could be characteristic of the City as an specific form of social organization. After this, various aspects are discussed, including the possibilities of speaking in terms of a general characteriology of the urban man.

Key Words: city; urban population; Urban behavior.

Artigo recebido para publicação em 18/10/2006

Artigo aprovado para publicação em 03/09/2007